

Conexões entre o fazer docente e a resistência do povo Amazônida no Oeste Paraense

Connections between teaching and the resistance of the Amazonian people in Brazil

Joelson Magno Dias

Glauco Cohen Ferreira Pantoja

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)

Santarém/PA - Brasil

Resumo

O texto proposto tem por objetivo discutir como está sendo desenvolvido na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, o processo de formação docente para atuar na Educação Básica, debatendo se há conexão com a história de resistência do povo Caboclo (originário) do Oeste do Pará, visando à emancipação do processo educativo. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa documental com procedimentos de coletas de dados em fontes documentais oficiais; artigos científicos com dados nacionais e regionais; e as obras publicadas por pesquisadores da própria região. A partir das leituras, foram elaborados fichamentos e resenhas que possibilitaram direcionar as discussões, tendo o materialismo histórico-dialético como interpretação da realidade, visto que aponta os caminhos para a construção dos processos formativos, na compressão dos fatos que ocorrem na prática social entre colonizador e colonizado. Conclui-se que todos os Projetos Pedagógicos de Curso das licenciaturas abordam questões acerca da formação histórico-social-política do caboclo amazônida, no entanto, a comunidade acadêmica necessita ampliar as discussões em relação às políticas afirmativas e de promoção étnico-racial, não apenas por força de lei, mas na construção de um saber acadêmico que contemple as especificidades do povo Caboclo do Oeste paraense.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação decolonial; Desenvolvimento amazônico.

Abstract

The proposed text aims to discuss how it is being developed at the Federal University of West Pará (Brazil), in the municipality of Santarém, the process of teacher training, to work in Basic Education, discussing whether there is a connection with the history of resistance of the Caboclo people (original) from Western Pará, aiming the emancipation of the educational process. Therefore, documentary research was developed with data collection procedures from official documentary sources; scientific articles with national and regional data; and works published by researchers from the region itself. Based on the readings, listings and reviews were prepared that made it possible to direct the discussions, with historical-dialectical materials as an interpretation of reality, as it points out the paths for the construction of training processes, in analysis of facts that occur in social practice between colonizer and colonized people. It can be concluded that all the Pedagogical Projects of the undergraduate courses address questions about the historical-social-political formation of the Amazon caboclo, however, the academic community needs to expand discussions in relation to affirmative policies and ethnic-racial promotion, not only by force of law, but in the construction of academic knowledge that takes into account the specificities of the Caboclo people of Western Pará, Brazil.

Keywords: Teacher training; Decolonial education; Amazon development.

Introdução

Há muitos desafios impostos à formação docente para o exercício na educação básica brasileira, em particular na Região Norte. Assim, o primeiro autor destaca dois desses desafios, que na sua visão de mundo, como Pesquisador e Professor da Educação Básica, até o momento, são cruciais: o desconhecimento da construção histórica de resistência na Amazônia, com o entendimento de que ainda somos escravizados de várias maneiras pela classe dominante, motivo pelo qual não interessa que tenhamos uma educação emancipadora de qualidade; e a falta de diálogo desde o início da graduação nos diversos cursos de licenciatura plena, no que concerne à própria formação docente, que façam os discentes/docentes entenderem e discutirem o processo histórico-social no qual as faculdades e cursos de licenciatura vêm se construindo ao logo do tempo.

Para Vasconcelos e Albarado (2020, p.14):

Compreender os sentidos do território e da educação nos diálogos sobre a Amazônia contribui para desvelar o que está em disputa quando pensamos o processo de formação humana nesse espaço da sociobiodiversidade, uma vez que nos deparamos com diferentes perspectivas sobre o uso do território e sobre as relações sociais e de poder construídas na teia do espaço amazônico.

Nitidamente, o poder público tem negligenciado em suas políticas, o setor educacional. Assim se faz necessário (re)considerar, de fato, a formação inicial de professores, (re)pensando nas várias realidades amazônicas, o contexto socioeconômico e educacional, a organização dos processos educativos, estabelecendo debates durante a formação inicial dos professores acerca das políticas da Educação na/da Amazônia.

É fundamental se discutir e pesquisar sobre como está posto o modelo de formação para professores nas universidades públicas na/da Amazônia, face esse modelo econômico e político que só faz crescer as desigualdades sociais em nossa região Oeste do Pará, além de não considerar os saberes da população natural, que é espoliada desde os primórdios da colonização.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo discutir como está sendo desenvolvida na UFOPA, o processo de formação inicial de professores para atuar na Educação Básica, debatendo se há conexão com a história de resistência do povo Caboclo (originário) do Oeste do Pará, visando à emancipação do processo educativo.

Este artigo consiste numa investigação bibliográfica de aporte teórico, com base em autores que pesquisam sobre educação na/da Amazônia. Utilizou-se pesquisa documental com procedimentos de coletas de dados em fontes documentais oficiais, como os relatórios de domínio público disponíveis em sites; como o Censo do IBGE (2022); o Censo Escolar (2022); os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Licenciatura da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); artigos científicos com dados nacionais e regionais; e as obras publicadas por pesquisadores da própria região. Para analisarmos os dados obtidos, apoiamos-nos no materialismo histórico-dialético como método de interpretação da realidade.

Os processos de formação social, cultural, econômico e político, do povo amazônica se deram por meio de lutas pela liberdade; na dialética entre colonizador e colonizado; na miscigenação entre africanos, índios de diversas tribos, nordestinos (durante o ciclo da borracha) e europeus (na maioria portugueses). A exploração egoística de seres humanos e da natureza amazônica continua a ser um entrave, no sentido da busca de um desenvolvimento sustentável, de uma distribuição de renda menos desigual, de melhores condições de vida para os que sofreram e sofrem a exploração da classe burguesa (Castro; Campos, 2015).

Pensar na formação inicial de professores nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas na região Norte, em particular no município de Santarém, polo do Oeste do Pará, sem considerar suas peculiaridades e seu processo de colonização é no mínimo perpetuar e/ou cancelar a exploração que os povos naturais vêm sofrendo durante séculos.

No intuito de entender o processo histórico-formativo dos docentes da Educação Básica no município de Santarém, faremos o seguinte percurso: contextualização territorial regional e local do objeto de pesquisa; os processos de colonização; a construção educacional; o processo de formação inicial de professores; a conexão dos PPC das licenciaturas da UFOPA com história de resistência do povo amazônica; e as considerações finais.

Contextualização territorial regional e local

A Região Norte é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, tendo uma extensão territorial de 3.853.676.948 km², fazendo fronteira com vários países como Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, ocupando uma área de aproximadamente 45 % do território nacional.

O Pará é o estado com maior população da Amazônia brasileira e o segundo em extensão territorial, conforme o Censo demográfico (2022), com 8.116.132 habitantes numa área de 1.245.870.704 km²; determinando uma densidade demográfica de 6,51 hab/km². Dentre os estados que compõe a região Norte, o Pará conforme destacam Sousa e Colares (2022, p.):

Apresenta o maior número de estudantes atrasados em defasagem série-idade; as crianças são alfabetizadas fora de sua faixa etária adequada; o acesso às escolas (na zona rural) é um grande desafio; abandono da escola (evasão) por questões familiares; escolas organizadas sem infraestrutura adequada; o projeto escolar não é atraente aos adolescentes e jovens e acaba não criando um sentimento de pertença; a falta de valorização dos professores aliada à falta de capacitação permanente; além do sistema educacional brasileiro ineficiente, com políticas públicas que desconsideram as particularidades e necessidades regionais impossibilitando a universalização e o acesso à educação pública de qualidade.

O município de Santarém, terceiro mais populoso do Estado e localizado no Oeste do Pará, atualmente contabiliza uma população de 331.973 habitantes numa área de 17.898,389 km²; determinando uma densidade demográfica de 18,55 hab/km² (IBGE, 2022). De acordo com o Censo Escolar (2022), há, em Santarém, 311 escolas rurais e 127 escolas urbanas públicas municipais e estaduais, então a rede pública de ensino é majoritariamente rural, devido às peculiaridades da nossa região.

Contexto da colonização no município de Santarém - Pará

Conforme destacam Gomes e demais coautores (2017), o lugar onde está localizado o município de Santarém já abrigou civilizações portadoras de dinâmicas urbana, cultura e organização social próprias e serviu de polo de conexão para as populações de diferentes territórios da Amazônia. A arqueóloga Ana Roosevelt (1992) apresenta em seu trabalho registros de ocupações pré-cabralinas, por meio de pinturas rupestres, artefatos cerâmicos, vestígios de organização espacial, manejo da floresta e dos rios - dão suporte a evidências que a região tenha sido ocupada há 11 mil anos, aproximadamente (Gomes *et al.*, 2017).

Embora no dia 22 de junho de 2023, Santarém tenha completado 362 anos, **uma data comemorativa a se repensar**, pois, não havia, de fato, um vazio demográfico, mas sucessivas colonizações, impelidas por ondas migratórias que modificaram as formas de ocupação do território e os modos de vida locais. Daí, a missão jesuítica estabelecida em 1661, metabolizou a estratégia de ocupação indígena (povos originários) e metamorfoseou a aldeia tapajônica em vila portuguesa (Gomes *et al.*, 2017).

No município de Santarém é perceptível a diversificação da identidade do caboclo amazônida. Em 1970, a região Norte era polarizada entre Belém e Manaus, sendo que Santarém era a única cidade com aproximadamente 135 mil habitantes (Stella, 2009), logo, já despontava como uma cidade polo.

Por meio da BR 163, a rodovia Santarém-Cuiabá, que começou a ser aberta ainda no período do regime militar (1971), justamente com previsão de integrar a região Centro-Oeste do Brasil com o Norte, como destaca Passos (2017), os grandes produtores de soja ao longo da rodovia controlam o território e essa estrada passa a ser o grande corredor de exportação de grãos, via porto de Santarém.

Segundo o Jornal G1 Santarém e Região, em janeiro de 2023, na EMEF Vitalina Mota, localizada no Km 37 da BR 163, no município de Belterra, os estudantes e servidores da escola passaram mal, após uma pulverização irregular de agrotóxico numa plantação de soja, fato que alertou sobre alguns dos problemas que surgem com as grandes plantações ao longo da BR 163 e nas proximidades das zonas urbanas, corroborando os desafios que as populações originárias enfrentam diante da onda mais recente de invasão migratória (a produção de grãos, como a soja).

Santarém, construção educacional e algumas reflexões

Durante o período jesuítico, que se estendeu desde a fundação da Aldeia do Tapajós, em 1661, até a expulsão da companhia de Jesus das terras paraenses, em 1775, pouco se tem documentado acerca da educação, porém os cronistas locais fazem referência (Santos, 1971) à catequização realizada pelo Padre João Maria Gorzoni (1682). No entanto, no início do século XIX, constam os primeiros registros em relação à educação formal, quando em 1800, foi instalada a primeira escola masculina e em 1849 a primeira escola feminina, após a vila galgar o *status* de cidade (Colares, 2006).

Conforme Fonseca (1996 *apud* Colares, 2006), no período de 1869 a 1883, funcionou com algumas dificuldades o Colégio Nossa Senhora da Conceição, contando com 35 alunos matriculados, sendo que 14 recebiam educação gratuita; na segunda metade do século XIX surgiram várias escolas e aulas isoladas particulares, as quais desapareceram em curto espaço de tempo, dadas as dificuldades com relação a professores e até mesmo estudantes. Em um período de oito anos (de 1883 a 1891), a cidade ficou sem estabelecimentos de ensino.

Conexões entre o fazer docente e a resistência do povo Amazônida no Oeste Paraense

A inexistência de escola, contudo, não impedia o processo de aquisição de conhecimentos por aqueles que tinham recursos econômicos para contratar preceptores e adquirir os raros e caros livros disponíveis na época. “*Os homens mais abastados mandavam seus filhos estudar na Europa e a sociedade santarena daqueles tempos vestia-se à moda francesa e não poucos os que falavam a língua daquele país europeu*” (Fonseca, 1996 *apud* Colares, 2006, p. 96).

As primeiras experiências educacionais na região foram dificultadas pela falta de professores e de investimentos do setor público, que por vezes terceirizava a formação humana, além de poucos estudantes privilegiados, deixando à margem do processo, as classes menos abastadas financeiramente, pois quem dispunha de recursos mandava seus filhos para estudar no exterior.

Como aponta Colares (2006), no governo Juscelino Kubitschek, em 1958, foi implantada em Santarém, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), por meio de um convênio com o MEC e a Prefeitura e sob a responsabilidade do bispo diocesano D. Tiago Ryan, sendo o 1º grande movimento de incentivo à educação. Porém, em 1985, havia um déficit de 88,88 % de vagas para o 2º grau.

O primeiro autor deste artigo estudou o ensino fundamental na EEEF Madre Imaculada, localizada na zona urbana do município de Santarém, no período de 1983 a 1988, e sentiu na pele o sucateamento imposto pela classe burguesa na condução das políticas públicas educacionais.

Para o leitor ter uma noção da precarização que o primeiro autor deste artigo vivenciou nesse período, vou citar alguns itens: i) falta de carteiras para sentar; ii) falta de livros didáticos, pois quando se tinha, no máximo era de língua portuguesa; iii) professores sem a qualificação necessária (leigos); e iv) baixa remuneração dos professores. Tais apontamentos são apenas alguns exemplos do descaso com a educação pública. À época, para se conseguir uma vaga numa das poucas escolas de 2º grau, era necessário madrugar na fila, pois não havia vagas suficientes.

Segundo Maciel (2016), a partir de 1970 o ensino público básico entra em contradição com o privado, após a reforma instituída pela Lei n.º 5.692/71, dando início à universalização do 1º grau (Ensino Fundamental) e 2º grau (Ensino Médio), abrindo a escola pública para as camadas populares, com as quais as classes médias não gostariam de ver seus filhos convivendo.

De acordo com o Censo Escolar (2022), a rede pública no município de Santarém tem característica prioritariamente rural, pois há **311 escolas rurais** e **127 escolas urbanas**, a Tabela 1 mostra como estão distribuídas as matrículas de estudantes por nível de ensino.

Tabela 1. Distribuição do número de matrículas por nível de ensino nas zonas rural e urbana.

Nível de ensino	Escola na Zona Rural	Escola na Zona Urbana
Creche	470	3019
Pré-escola	3575	5744
Anos Iniciais	10618	16910
Anos Finais	9473	15602
Ensino Médio	4770	12454
EJA	87	2534
Educação Especial	524	1484
TOTAL	29517	57747

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Segundo o Censo Escolar, atualmente há 3311 professores atuando nesses níveis de ensino, distribuídos da seguinte maneira: 857 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 1717 nos anos finais do Ensino Fundamental e 737 no ensino médio. Embora a zona rural concentre o maior número de escolas, a zona urbana reúne, aproximadamente, o dobro de estudantes da zona rural.

A formação de professores no município de Santarém: restaurar um pouco da história da formação inicial de professores no município de Santarém foi desafiador, pois há poucos documentos que relatam o contexto dessa formação, como destacam Ferreira e demais colaboradores (2015).

A história da formação de professores no Brasil observa-se uma lacuna nos escritos sobre a região norte. Quando se aprofunda a análise dos registros da região, estes estão restritos às capitais, como é o caso do Pará. Há poucos estudos sobre Santarém, por exemplo, uma cidade de significativa importância política e econômica no estado (Ferreira *et al.*, 2015, p. 168).

A educação no município teve uma fase promissora no início do século XX, com a fundação do Grupo Escolar de Santarém (1900) - atualmente EEEFM Frei Ambrósio - localizada no centro da cidade, com uma política de fixação das instituições de ensino, tendo em vista o

crescimento populacional, o apoio do Estado e a força política da Igreja Católica. Na década de 1960, ofertavam-se as modalidades de ensino Primário e Ginásial com 1.868 alunos matriculados, dentre uma população urbana de 24.498 habitantes. Na década de 1970, houve aumento significativo nas matrículas nos Cursos Primário e Ginásial, que foi de 9.601 para uma população de 51.009 habitantes da área urbana (Ferreira et al., 2015).

À época, o acréscimo dessa demanda por vagas, aumentou a carência de professores, sendo que nesse período, os Colégios Santa Clara e São José, forneciam o Curso de Formação Docente. Em 1962, com a fundação do Colégio Estadual Álvaro Adolfo da Silveira (localizado na parte central da cidade) passou a atender as demandas de profissionalização, ofertando os cursos: Ginásial, Pedagógico, Colegial Normal e o Curso com Habilitação em Magistério, evitando o deslocamento dos interessados para Belém (capital) em busca de qualificação.

Formação Inicial de Professores no Colégio Santa Clara (1946): fundado em 11 de agosto de 1913, teve como mentores a Madre Imaculada de Jesus Tombrock e o Dom Amando Bahlman. Somente em 1946 foi oferecido o Curso Normal de 1º ciclo, com o objetivo de atender às jovens pobres e órfãs que não podiam se deslocar para a capital para completar seus estudos. Em 1951, começou a funcionar o Curso Normal de 2º ciclo. Em 1976, o colégio passou a ofertar o Curso de Magistério até março de 1995, pois com as novas exigências da Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) o Curso de 2º Grau foi substituído pelo Ensino Médio.

Formação Inicial de Professores no Colégio São José (1962): Dom Amando e Madre Maria Imaculada de Jesus, fundadores da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, também fundaram a Escola Conveniada São José, em 10 de outubro de 1919. Criada na zona rural de Santarém, devido à ampliação das ações de evangelização da igreja. Em 04 de março de 1962, começa a funcionar o Curso Normal/Regional que formava o professor para o Curso Primário. Em 1992, foi implantado via Sistema Modular, o Curso com Habilitação em Magistério, formando 26 professores na 1ª turma (1995). Em 1999, foi implantado o Ensino Médio, extinguindo os Cursos de Formação de Professores.

Formação Inicial de Professores no Colégio Estadual Álvaro Adolfo da Silveira (1971): o Colégio Álvaro Adolfo foi autorizado a funcionar pela Lei nº 2.033 de 31 de outubro de 1960, inicialmente usando a estrutura da Escola Frei Ambrósio, seu prédio atual foi inaugurado em 1962. Considerado o “mais belo e moderno prédio Educacional do interior do Estado”, passou a funcionar nos três turnos, começando um novo momento para a história da educação no

município. Em 1971, o Colégio passou a ofertar o Curso de Habilitação Técnica em Magistério. Em 1985, houve a implantação do Curso de Estudos Adicionais, com o objetivo de profissionalizar os concluintes do Curso de Magistério em áreas distintas como de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia. Até meados do ano de 2000 o Curso de Magistério funcionou normalmente no Colégio (Ferreira *et al.*, 2015).

Em 1970, funcionou um núcleo de interiorização da Universidade Federal do Pará (UFPA), instalado na Escola Álvaro Adolfo da Silveira, com turmas especiais durante as férias escolares, por meio de cursos de licenciatura curta, exclusivos para quem já atuava na rede de ensino, com o objetivo de preparar os professores dos componentes curriculares Português, Matemática, Geografia, História, Ciências e Didática Geral.

Na década de 1970, o currículo do Curso Colegial Normal não contemplava atividades práticas, somente disciplinas teóricas, porém a partir de 1980 o governo instituiu os Estudos Adicionais, capacitação que tornava o técnico formado pelo Curso Colegial Normal em licenciado. Daí a partir da década de 1990, o currículo avançou no sentido de contemplar disciplinas de Fundamentos da Educação, além de matérias didáticas, no qual os futuros professores estudavam a Metodologia de cada uma das Ciências, porém sem conectar a formação docente com a história de resistência do caboclo (originário) amazônida (FERREIRA *et al.*, 2015).

Formação Inicial de Professores no Campus Rondon – UFPA/UFOPA: em 1987, com o projeto de interiorização da UFPA, a instituição passou a oferecer de forma contínua e regular, por meio do Campus Universitário de Santarém, alguns cursos de graduação, voltados exclusivamente para a formação de professores (Colares, 2006).

Além da UFPA, Colares destaca ainda que:

O município conta também com a presença de mais duas instituições públicas de ensino superior: a Universidade do Estado do Pará - UEPA, que oferece os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Licenciatura Plena em Música e Educação Física, e a Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, com o curso de Engenharia Florestal (Colares, 2006, p. 102).

Vale ressaltar que o artigo discute a formação inicial de professores nas Instituições Públicas de Ensino Superior, no entanto, o Ensino Superior Privado teve início em janeiro de 1985, com a instalação dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, oferecidos pelo

Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES. Além disso, nos ateremos aos cursos de licenciatura oferecidos pelo Instituto de Ciências da Educação – ICED/UFOPA.

O primeiro autor do artigo em questão fez graduação em Licenciatura Plena em Matemática, na UFPA, em Belém, no período de 1993 a 2002, então nesse intervalo corrente seria de formação do professor pesquisador-reflexivo (AZEVEDO *et al.*, 2012), porém o modelo em vigência (à época) continuava sendo a fórmula ‘3+1’, em que se acrescentava, à formação de bacharéis, um ano com disciplinas da área de educação. De 2006 a 2008, teve a oportunidade de ser professor substituto da Faculdade de Matemática (concurso para a disciplina de Cálculo), *campus* da UFPA (atualmente UFOPA), em Santarém, novamente a formação continuava sendo a fórmula ‘3+1’, ou seja, a graduação em licenciatura oferecida permanecia sem alterações significativas.

Em 05 de novembro de 2009, a UFOPA foi criada pela Lei nº 12.085, sendo a primeira instituição pública federal de ensino superior sediada num dos pontos mais estratégicos da Amazônia. Surgindo com a incorporação do Campus de Santarém da UFPA e da Unidade Descentralizada Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), as quais mantinham atividades na Região Oeste Paraense. Assimilou, também, outras unidades da UFPA e da UFRA para a formação dos *campi* de **Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná**. Em Santarém, a UFOPA mantém suas atividades, atualmente, em duas unidades: **Unidade Rondon**, localizada no bairro Caranazal e **Unidade Tapajós**, no bairro Salé.

A conexão dos PPC das licenciaturas da UFOPA com a história de resistência do povo amazônida

É importante salientar que a criação da UFOPA está estreitamente ligada às características e peculiaridades regionais, pois tem como missão a formação de profissionais, que em sua maioria, atuam ou atuarão nesse espaço geográfico, tendo como missão: *“Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”* (PPC Licenciatura Integrada em Matemática e Física, UFOPA, 2015, p. 11).

Ademais, a Resolução Nº 200 (Institui a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial na UFOPA, 2017), no seu Art. 2º, estabelece as diretrizes para instituição do Instituto de Formação Intercultural, com a finalidade da defesa dos direitos humanos e a promoção do direito à diversidade cultural, à defesa dos direitos de igualdade

étnico-racial, à busca da igualdade de gênero, à garantia dos direitos de pessoas com necessidades específicas, bem como a diminuição da desigualdade social e o combate de todo tipo de discriminação e preconceito.

A Resolução retromencionada promoveu a inserção do componente curricular “Educação e Relações Étnico-Raciais”, originalmente com carga horária de 75 horas, em todas as licenciaturas, buscando inserir a temática e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Porém desde 2011, as estruturas curriculares dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Integrada em Matemática e Física e Informática Educacional (2012), já contemplavam tal componente curricular, visando promover a identidade e as origens dos nativos do Oeste paraense.

Analisamos os PPC das licenciaturas, ofertados pelo ICED/UFOPA. O Quadro 1 lista os cursos que possuem componentes curriculares que se conectam com a história de resistência sócio-histórico-político do povo amazônida, suas cargas horárias e respectivas ementas.

Quadro 1. Componentes curriculares das licenciaturas em conexão com à história de resistência do povo amazônida

CURSO DE LICENCIATURA	COMPONENTE CURRICULAR/CARGA HORÁRIA	EMENTA
Biologia Geografia História Informática Educacional Integrada em Matemática e Física Letras Pedagogia Química	EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS / 75 h	A ideologia racista: história, conceitos, formas de realização na sociedade brasileira. O racismo, a escola e o livro didático. O antirracismo: estratégias de atuação e a legislação atual. História e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. A presença negra e indígena na Amazônia: culturas afro-amazônicas e indígenas. Educação Escolar Quilombola e Indígena.
Informática Educacional Integrada em Matemática e Física Pedagogia	ESTUDOS INTEGRATIVOS DA AMAZÔNIA / 75 h	Amazônia, conceitos, dimensões e processos que caracterizam a região. Bioma amazônico. Ecologia, ecossistemas e povos na Amazônia. Interação Homem-

Conexões entre o fazer docente e a resistência do povo Amazônida no Oeste Paraense

		Ambiente. Formação histórica, econômica e social da Amazônia. Conflitos Sociais. Serviços socioambientais da Amazônia. Economia da Natureza.
Informática Educacional Integrada em Matemática e Física Pedagogia	SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO / 75 h	Sociedade, diversidade cultural, economia e política. Estado, relações de poder e desenvolvimento. Relações sociedade-natureza e a questão ambiental.
História	HISTÓRIA DA AMAZÔNIA I / 85 h	Primeiros contatos dos europeus com o universo amazônico. Estruturação e avanço da ocupação luso-brasileira. Configurações econômicas, sociais e políticas na Amazônia colonial. Mundos do trabalho, antes e depois do período pombalino. Conflitos e negociações em torno da adesão do Pará à Independência. Cabanagem.
História	HISTÓRIA DA AMAZÔNIA II / 85 h	Escravidão negra no século XIX. Economia da borracha e outras facetas econômicas da Amazônia oitocentista. Os ideais de civilização e modernidade na Amazônia no século XIX. Modernismo na Amazônia. Catolicismo, pajelança e religiões afro-brasileiras. A Revolução Constitucionalista no Pará. As cidades e os soldados da borracha. Os “grandes projetos” na Amazônia (segunda metade do século XX). A Ditadura militar e a Guerrilha do Araguaia. A história do tempo presente amazônico: questões e debates diversos.
História	História Indígena e do Indigenismo / 85 h	A disciplina analisa a formação do Indigenismo como campo de investigação histórica e a história indígena. Discutindo questões centrais que marcaram o contato e as relações entre nativos do

		Novo Mundo e europeus que compreendem: a legislação, a tutela, as relações de trabalho e de exploração, as formas de mestiçagem e resistência, e o território. Contempla-se, a historiografia e os conceitos que se ocupam do tema, e os indígenas como sujeitos de ação e protagonistas do processo histórico.
--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Consideramos um avanço na estrutura curricular dos cursos de licenciatura, a discussão dos processos de formação sócio-histórico-político da identidade do povo da região Oeste paraense, diante dos desafios atuais que enfrentamos, pois quando somos alienados das nossas raízes, provavelmente, seremos ludibriados com maior facilidade acerca dos interesses das classes dominante na/da região Amazônica.

No entendimento do primeiro autor, o componente curricular “Educação e Relações Étnico-Raciais” foi incluso no PPC da Licenciatura em Ciências Biológicas por força da Resolução N° 200, de 08 de junho de 2017, pois conforme consta no PPC (2015), não havia previsão para tal componente, sendo acrescentado apenas em 2017, por meio da sua nova Estrutura Curricular. Ademais, a Estrutura Curricular da Licenciatura Integrada em Biologia e Química (UFOPA, 2011), já contemplava o componente curricular em questão; além dos componentes “Estudos Integrativos da Amazônia” e “Sociedade, Natureza e Desenvolvimento”, que foram suprimidos com a Estrutura Curricular de 2015, apontando um retrocesso curricular na condução das políticas de ações afirmativas e promoção da igualdade étnico-racial. (PPC Licenciatura em Ciências Biológicas, UFOPA, 2015).

O PPC da Licenciatura Integrada em Matemática e Física – LIMF (2011), na sua formação interdisciplinar, já abordava o componente curricular “Educação e Relações Étnico-Raciais”, além dos componentes “Estudos Integrativos da Amazônia” e “Sociedade, Natureza e Desenvolvimento”. Porém, tais componentes foram suprimidos com o desmembramento da LIMF, em dezembro de 2023. Sendo que na Estrutura Curricular dos cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física (2023), restou apenas o componente curricular “Educação e Relações Étnico-Raciais”, previsto a princípio, por força da resolução nº 200; além da redução na carga horária do componente, de 75 h para 60 h, em ambas as

licenciaturas (PPC Licenciatura em Matemática, UFOPA, 2023; PPC Licenciatura em Física, UFOPA, 2023).

A partir de 2016, a Estrutura Curricular da Licenciatura em Pedagogia, além de reduzir a carga horária do componente “Educação e Relações Étnico-Raciais” de 75 h para 45 h, suprimiu os componentes “Estudos Integrativos da Amazônia” e “Sociedade, Natureza e Desenvolvimento”, apontando um retrocesso curricular em relação às políticas de reconhecimento dos povos originários do oeste paraense (PPC Licenciatura em Pedagogia, UFOPA, 2016).

Em 2024, após quatorze anos da criação da UFOPA, apenas o curso de Licenciatura em Informática Educacional prevê, desde 2012, em sua Estrutura Curricular, além do componente “Educação e Relações Étnico-Racial”, os componentes “Estudos Integrativos da Amazônia” e “Sociedade, Natureza e Desenvolvimento”, ambos com carga horária de 75 h (PPC Licenciatura em Informática Educacional, UFOPA, 2012).

A Licenciatura em História, por sua peculiaridade, acaba dando uma maior ênfase ao processo de formação da identidade do povo amazônida, em particular do Oeste paraense, contemplando, na Estrutura Curricular, os componentes “História Indígena e do Indigenismo” e “História da Amazônia I e II”, ambos com carga horária de 85 h (PPC Licenciatura em História, UFOPA, 2017).

No entendimento do primeiro autor, os estudos indicam que embora houvesse o empenho, após a criação da UFOPA, para valorizar o conhecimento desenvolvido pelos povos do Oeste paraense, percebe-se que o modelo de formação eurocêntrico, privilegiando prioritariamente a parte técnico-científica, é que vem orientando os processos formativos de professores para a Educação Básica, indo na contramão da missão da UFOPA.

Analisando alguns dos artigos que versam sobre a formação docente no Estado do Pará (Colares, 2006; Rodrigues e Abreu, 2020; Oliveira e Brasileiro, 2022; Sousa e Colares, 2022), nota-se, que o poder do mercado e do capital econômico internacional têm sido a mola alienadora no processo educativo no Brasil, em particular na formação inicial de professores.

Organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mascaram seus interesses financeiros com um discurso de favorecimento à igualdade social, em particular dos países em desenvolvimento - caso do Brasil - fixando diretrizes e estratégias para a educação pública brasileira, na lógica da

competitividade do mercado e do capital, como condição para os entes federados brasileiros contraírem empréstimos (RODRIGUES; ABREU, 2020).

Segundo Oliveira e Brasileiro (2021), os projetos formativos no Brasil que estruturam uma formação fragmentada são resultantes – ao mesmo tempo em que resultam – de uma visão alienante do fenômeno educativo, à medida em que enfatiza desejos, interesses e ideologia de um sistema imediatista e desumanizador em que mal sobrevivemos (Oliveira; Brasileiro, 2021).

Considerações finais

Embora na Constituição Federal/1988, o público deva prevalecer sobre o privado, no interesse da coletividade, o que na realidade vivenciamos, não só nos registros das pesquisas sobre educação na/da Amazônia, que há uma inversão de valores, devido os interesses das classes dominantes (**burguesa**), que visam apenas os lucros em detrimento do bem-estar social da coletividade.

O primeiro autor deste trabalho, desde a sua formação na Educação Básica (1980-1991), na graduação (1992-2002) e formação continuada (especialização e mestrado), somente no doutorado se depara com o vazio sócio-histórico-político que os currículos educacionais estaduais e nacionais o submeteram. Portanto, é hora de avançar nos estudos em defesa de uma educação pública de qualidade e que respeite nossa construção sócio-histórico-político, visando valorizar nossos saberes, cultura e proteger a Amazônia dos interesses espúrios do mercado e do capital.

O PPC das licenciaturas da UFOPA, que na sua formação interdisciplinar, mostraram em suas ementas componentes curriculares que procuram despertar um olhar dos graduandos para nossa construção histórica-social-política é um importante passo, diante das mazelas e alienações sofridas por gerações de santarenos na sua formação básica educacional. No entanto, é necessário que os formadores de professores entendam a importância dessa construção e trabalhem os diversos componentes curriculares de forma transversal, para que favoreçam a valorização da construção histórica-social-política do povo amazônica do Oeste paraense.

Esta pesquisa nos indica que a comunidade acadêmica da Ufopa necessita ampliar as discussões em relação às políticas afirmativas e de promoção étnico-racial, não apenas por

força de lei, mas na construção de um saber acadêmico que contemple as especificidades do povo Caboclo do Oeste paraense.

Referências

AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins; GHEDIN, Evandro; SILVA-FORSBERG, Maria Clara; GONZAGA, Amarildo Menezes. Formação inicial de professores da educação básica no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 997-1026, set./dez. 2012.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica e Desenvolvimento Regional da Amazônia. **Coleção Formação Regional da Amazônia: Formação Socioeconômica da Amazônia**. Org. UFPA/NAEA, Belém, v. 2, p. 15-36. 2015.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Panorama da Educação em Santarém. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 23, p. 95-113, set. 2006.

FERREIRA, Paula de Souza; ROCHA, Solange Helena Ximenes; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. Aspectos históricos da formação de professores primários em Santarém no século XX: o legado das escolas Álvaro Adolfo da Silveira, Santa Clara e São José. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, n. 62, p. 167-184, mai. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640500>. Acesso em: 25 jun. 2023.

G1 **Santarém e Região**. IBAMA multa produtor em mais de R\$ 1 milhão por intoxicação de alunos de escola de Belterra com agrotóxico. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/03/07/ibama-multa-produtor-em-mais-de-r-1-milhao-por-intoxicacao-de-alunos-de-escola-de-belterra-com-agrotoxico.ghtml>>. Acesso em: 06 de abr. 2023.

GOMES, Taynara do Vale; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; COELHO, Helder Santos; OLIVEIRA, Kamila Diniz. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Revista Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 891-918, set./dez. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico brasileiro de 2022**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MACIEL, Antonio Carlos. Desafios da Formação Docente em Face da Expansão Capitalista na Amazônia. **Revista argumentos pró-educação**, Pouso Alegre, v. 1, n. 1, p. 19-44, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, Lílian Aquino; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. A Formação do/da pedagogo/pedagoga e a educação para a sustentabilidade na (nova) reforma educacional brasileira. **Encontro Inter-Regional Norte, Nordeste e Centro Oeste sobre Formação Docente para a Educação Básica e Superior**. Santarém, p. 85-97, 2021.

PASSOS, Messias Modesto dos. BR-163, DE CUIABÁ A SANTARÉM: o papel dos agentes e sujeitos no ordenamento do território e na implementação de políticas públicas. Fundação Joaquim Nabuco - **Ciência & Trópico**, Recife, v. 41, n. 1, p. 139-164, mai. 2017.

QEdU. **Censo Escolar**, 2022. Disponível em: <<https://qedu.org.br/municipio/1506807-santarem/censo-escolar>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RODRIGUES, Evaldo Ferreira; ABREU, Waldir Ferreira de. O PARFOR NA AMAZÔNIA PARAENSE: reflexões sobre a formação inicial de professores em exercício. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. 1-28, 2020.

SOUSA, Eli Conceição de Vasconcelos Tapajós; COLARES, Anselmo Alencar. Amazônia brasileira: educação e contexto. **Revista Amazônida**, Manaus, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2022.

STELLA, Thomas Henrique de Toledo. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. 2009. 213p. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2009.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura Integrada em Biologia e Química**. Santarém, 2011.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**. Santarém, 280p. 2015.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física**. Santarém, 173p, 2023.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História**. Santarém, 162p. 2017.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Informática Educacional**. Santarém, 163p. 2017.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física**. Santarém, 173p, 2015.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Santarém, 192p, 2023.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Santarém, 143p, 2015.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Resolução nº 200, de 08 jun. 2017** (Institui a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial na UFOPA). Santarém, 2017.

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira; ALBARADO, Edilson da Costa. Educação, formação docente e territorialidades amazônicas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 223, p. 13-23, jul./ago, 2020.

Sobre os autores

Joelson Magno Dias

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA). Mestre em Matemática pela Universidade Federal do Oeste do Pará em parceria com a Sociedade Brasileira de Matemática (PROFMAT / UFOPA), 2018/19. Especialista em Fundamentos da Matemática Elementar (UFPA), 2004/05. Graduado em licenciatura em Matemática pela UFPA, 2002; Vice-líder do grupo de pesquisa de Ensino e de Aprendizagem Significativa em

Ciências Exatas (UFOPA). Professor efetivo da Rede Estadual de Ensino, lotado no município de Santarém; e Professor Voluntário do Curso de GeoGebra, na modalidade a distância, oferecido pela UNESPAR, Campus de Apucarana-PR, desde 2019.

E-mail: joelson.dias@escola.seduc.pa.gov.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2755-4364>

Glauco Cohen Ferreira Pantoja

Doutor e Mestre em Ensino de Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em licenciatura em Física pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Tem interesse, principalmente, em: Didática e Aprendizagem das Ciências e das Matemáticas; Currículo e Formação de Professores de Ciências e Matemáticas (ênfase em formação de professores); e em Avaliação na Educação em Ciências e Matemática. É professor associado I da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Líder do Grupo de Ensino e Aprendizagem e Educação (GEAE). Atua como professor na graduação, no mestrado em Educação (PPGE) e no doutorado em Educação (PGEDA). Atualmente, é membro da Comissão de Pós-Graduação do MNPEF e coordenador da linha 2 do PPGE.

E-mail: glaucopantoja@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5670-8006>

Recebido em: 15/03/2024

Aceito para publicação em: 22/01/2025